A queda do Senado

15 DEZ 1988

O senador Jutahy Magalhães, que participou de todas as sessões da Constituinte, passou o ano preocupado com o descrédito dos políticos e com o fortalecimento do Legislativo. Propôs, nesse sentido, várias providências e se indispôs até com velhos companheiros. Descobrir as causas de tal situação não é difícil. Não há sequer necessidade de teóricos seminários, onde as teses mais inteligentes são as mais inúteis, nem de custosos estudos.

As últimas sessões do Senado bastam para demonstrar por que o Legislativo, apesar de novas e poderosas atribuições concedidas pela Constituição, está em crise. A primeira constatação, triste mas sincera, é de que o Senado continua carimbador das decisões do Executivo, examinadas sob o título eufemístico de mensagens. Durante o período revolucionário havia a justificativa de que se vivia em regime arbitrário, o que hoje não ocorre. Mesmo assim o Senado continua homologando todas as indicações, verbas etc.

Logo após as eleições de novembro o Senado aprovou mensagem abrindo crédito especial para o Ministério da Aeronáutica sem que o Executivo encaminhasse a documentação sobre dívida externa. O senador Itamar Franco protestou, mas acentuaram que era a última vez etc. Novos pedidos de empréstimos externos foram remetidos com o mesmo vício e aprovados com a promessa de que no futuro...

Na última terça-feira o Senado autorizou a Prefeitura do Rio de Janeiro a contrair empréstimo no valor de 4.100 mil OTNs para pagamento de parcelas vencidas e outros custeios, de acordo com mensagem da Presidência da República. Esse mesmo valor, aliás, fora concedido em junho para recuperação das enchentes. Duas horas após a votação em urgência, o prefeito Roberto Saturnino retornou ao Senado para comunicar que o presidente do Banco do Brasil lhe dissera que não tinha dinheiro e o empréstimo não sairia. O fato não era inédito, pois aconteceu o mesmo com o Governo da Bahia, como frisou o senador Jutahy. Serviu, no entanto, para o senador Jamil Hadad fazer um discurso de protesto, ao qual ninguém deu importância.

Na segunda-feira, à noite, o Senado recebeu da Câmara, que os reteve muitos dias, os projetos instituindo o novo salário mínimo e alterando a legislação sobre imposto de renda. Teve de aprová-los às pressas, em 27 horas, sem poder discutir as dezenas de emendas apresentadas porque a Câmara não podia ficar apenas com dois dias para reexaminá-los. Não adiantou o senador Carlos Chiarelli provar que o projeto de salário mínimo era inferior ao aprovado, em novembro, pela unanimidade do Senado e prejudicial ao trabalhador. São fatos que, se não explicam tudo, esclarecem a perda de prestígio do Senado.

JOÃO EMÍLIO FALCÃO

15 DEZ 1988